Em ascensão, nova força de esquerda em Honduras teme violência político-eleitoral

29/06/2013



Do Opera Mundi

Em Honduras, frente a um cenário eleitoral complicado e, ao mesmo tempo, estimulante, o partido Libertad y Refundación (Liberdade e Refundação – Libre) realizou em 16 de junho sua assembleia nacional, ratificando os resultados das eleições primárias de novembro, e adiantando pontos importantes do que seria seu programa de governo.

“Depois de apenas um ano de formação, o Libre, um partido que se formou e cresceu nas ruas com o povo, se transformou na primeira força política do país. Nossa candidata de consenso Xiomara Castro,foi a candidata presidencial mais votada em toda a história do país”, afirma Enrique Flores Lanza, ex-ministro da presidência durante o governo de Manuel Zelaya e atual candidato a deputado.

Segundo a última pesquisa realizada em maio por Cid Gallup, Castro encabeçava a lista dos sete candidatos que participarão das eleições de 24 de novembro com 28% das preferências. Atrás dela, estão o apresentador de televisão Salvador Nasrall, do PAC (Partido Anticorrupção) com 21% das intenções de voto, o atual presidente do congresso, Juan Orlando Hernández, do PN (Partido Nacional), com 18%, e o candidato do PL (Partido Liberal), Mauricio Villeda, com 14%.

Durante sua intervenção frente a milhares de simpatizantes, Castro prometeu refundar Honduras convocando “um novo pacto social através de uma Assembleia Nacional Constituinte originária, inclusiva e de profunda participação popular”. Dessa maneira, pretende “iniciar um caminho de reconciliação e de transformação democrática e pacífica do país, revogar as leis neoliberais aprovadas depois do golpe, devolver os militares aos seus quartéis, acabar com a impunidade e reformar totalmente o aparato de segurança e justiça.”

Como a legislação eleitoral hondurenha não prevê um segundo turno de votação, os resultados da última pesquisa de Cid Gallup por um lado entregariam a presidência à ex-primeira-dama, mas, por outro, determinariam uma profunda divisão no Congresso Nacional e na distribuição dos governos municipais. “Nossa candidata está crescendo de maneira ininterrupta há 14 meses, o que a direita e a oligarquia golpista enxergam com suma preocupação, e por isso reagem”, apontou Flores Lanza.

Temores

Bertha Oliva, coordenadora do COFADEH (Comitê de Familiares de Detidos Desaparecidos em Honduras), manifestou preocupação com o tema, temendo um previsível aumento dos ataques físicos contra membros ou simpatizantes do Libre. “Estamos frente a uma estrutura muito bem organizada para criar terror e a violação

dos direitos humanos, que está aumentando à medida que se aproximam as eleições. Das pessoas que estiveram acompanhando o ex-presidente Zelaya à Embaixada do Brasil, já são 8 as que foram assassinadas em menos de dois anos", conta Oliva.

Ela revelou que nestes primeiros 6 meses do ano houve um aumento da quantidade de denúncias apresentadas perante a organização, em sua maioria por parte dos membros do partido de Castro e da resistência em geral.

Para Oliva, existiria "um verdadeiro ódio coletivo por parte da gente que deu o golpe", o qual, somado à crescente militarização da segurança pública e à proliferação dos corpos privados de segurança – contabilizam-se mais de 700 empresas de seguranças e uns 70 mil seguranças particulares – estaria levando Honduras ao caos.

"Se as pesquisas continuarem apontando uma possível vitória de Xiomara Castro, os setores golpistas vão fazer qualquer coisa para semear o caos e justificar uma suspensão do processo eleitoral", garante a defensora de direitos humanos.

Para Flores Lanza, as forças aglutinadas no Libre não estão enfrentando apenas o poder oligárquico nacional, "mas os interesses do império norte-americano e de toda a direita internacional, que atua como uma força única, da mesma forma que fez na Venezuela durante as últimas eleições", disse.

É por isso que o novo partido está focado na formação e capacitação de seus quadros e militantes para a defesa do voto. "A força do povo é a única coisa que pode derrotar essas tentativas dos partidos tradicionais e da oligarquia de se manter no poder", conclui.

Criminalização dos protestos

A violência político-eleitoral se mescla também com a criminalização dos protestos sociais. É o caso de Bertha Cáceres, dirigente indígena do COPINH (Conselho de Organizações Populares e Indígenas de Honduras), que foi detida ilegalmente em 24 de maio por efetivos do exército e da polícia, junto ao comunicador social e membro da mesma organização Tomás Gómez, enquanto viajavam de carro até a região de Río Blanco, onde há quase três meses as comunidades indígenas Iencas estão protestando e interrompendo a execução do projeto hidrelétrico Agua Zarca.

Depois da destituição provisória ditada pelo tribunal de Santa Bárbara, a Procuradoria da República apelou da sentença e Cáceres deverá enfrentar outro julgamento por supostos delitos de posse ilegal de armas e por estar atentando contra a segurança do Estado.

A luta contra os megaprojetos hidroelétricos e turísticos, a mineração, a expansão de monoculturas, assim como a concessão de recursos naturais e de territórios, levada adiante por parte das organizações sociais e populares que participaram ativamente contra o golpe de Estado segue sendo criminalizada.

"Trata-se de um julgamento político, através do qual se pretende seguir criminalizando a luta histórica que o povo Ienca está travando contra a pilhagem de recursos e territórios. Podem nos prender ou até nos assassinar, mas a luta não vai parar. As comunidades estão prontas e decididas e não vão permitir outra afronta a seu território ancestral", disse Cáceres.

A ex-diretora de Assuntos Internos da Policia Nacional, Maria Luisa Borjas confirmou esta análise ao declarar que os policiais que integrarão a Unidade Tigres já estão sendo treinados em três unidades militares, para o que seria um combate de baixa intensidade e contra insurgências.

"Sua função é a perseguição de líderes sociais, com a qual se pretende desarticular as organizações sociais. Não é mais que uma réplica do nefasto Batalhão 3-16, que funcionou nos anos 80 para perseguir, sequestrar, torturar e executar pessoas com ideologias diferentes da do governo e dos grupos de poder. A cidadania continua em uma situação de alto risco e de precariedade extrema, mas seguimos trabalhando para mudar as

coisas com propostas sérias e concretas”, concluiu Borjas.

Compartilhe nas redes: